
SER Social

TRINTA ANOS DE CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Brasília, v. 21, n. 44, janeiro a junho de 2019

Uma biografia não autorizada do Brasil

An unauthorized biography of Brazil



OLIVEIRA, Francisco de. **Brasil: uma biografia não autorizada**. 1. ed., São Paulo: Boitempo, 2018.

Thais Soares Caramuru¹

Francisco de Oliveira é um célebre intelectual da grande área das ciências sociais aplicadas, cujo objeto de investigação, em sua longa trajetória, foi a formação social, econômica, política e histórica do Brasil. Sua vasta, polêmica e provocativa obra inclui clássicos do pensamento social brasileiro, tais como *A economia brasileira*:

¹ Economista. Mestre e doutoranda em Política Social do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília. E-mail: <tcaramuru@gmail.com>.

crítica à razão dualista (1972), *Eligia para uma re(li)gião* (1977), *Os direitos do antivalor* (1998), *O ornitorrinco* (2003), dentre outros.

Esta resenha tem como objeto o livro *Brasil: uma biografia não autorizada*, lançado pela Editora Boitempo, em 2018, e que condensa ensaios, artigos e entrevistas de Chico de Oliveira, os quais foram publicados originalmente entre os anos de 1997 e 2016. O conteúdo dos textos aborda múltiplos aspectos da formação nacional, desde o sentido “mercantil” (p. 28) da colonização até o “horror” (p. 158) da votação do *impeachment* de Dilma Rousseff. O livro traz uma apresentação – de autoria de Fábio Querido e Ruy Braga – e seis capítulos com textos de Oliveira, aos quais é acrescentado outro com um conjunto de entrevistas do intelectual. A bibliografia do autor e as fontes dos textos complementam a obra.

O primeiro capítulo intitula-se “O adeus do futuro ao país do futuro: uma biografia breve do Brasil” (p. 27-78), no qual o autor traça um panorama heterodoxo acerca da formação social brasileira, desde a etapa colonial até o “ciclo neoliberal” (p. 66), também denominado como o “período Collor-Itamar-Cardoso-Lula” (p. 67). Dentre os principais tópicos, cabe sublinhar os seguintes: os “elementos do truncamento brasileiro” (p. 32), com destaque para o “desenvolvimento conservador a partir de rupturas históricas libertadoras” (p. 32), como a “independência urdida pelos liberais” (p. 32); o lugar singular do Brasil na América Latina, vinculado às particularidades da colonização portuguesa frente à colonização espanhola, as quais se expressam no fato de que “somos menos latino-americanos que nossos vizinhos” (p. 33) e na circunstância de que as perspectivas de integração regional estiveram, historicamente, relacionadas às marchas e contramarchas dos movimentos econômicos e políticos; o autor desenvolve o argumento de que, no longo período entre a Revolução de 1930 e a eleição de Fernando Henrique Cardoso (FHC), houve a materialização de uma “revolução passiva”,² cujas “poderosas transformações significaram

2 Segundo Coutinho (2010), a revolução passiva foi um conceito utilizado por Gramsci para analisar a formação do Estado burguês na Itália, bem como para interpretar fatos sociais complexos e até mesmo épocas históricas inteiras. Sob regência de um movimento restauração-renovação, “numa revolução passiva, estamos diante de um reformismo ‘pelo alto’”. (COUTINHO, 2010, p. 33).

uma espécie de compactação da história – de que o *slogan* de Kubitschek é a melhor tradução” (p. 49). No epílogo desse capítulo, o autor põe em xeque a publicação *Brasil, país do futuro*, do austríaco Stefan Zweig, assinalando que, apesar da aceleração iniciada nos anos 1930, o desenvolvimento do país não foi alcançado e, portanto, “não há mais futuro, porque ele já está aí”. (p. 72).

O capítulo segundo, escrito no final do segundo governo FHC, tem como título uma pergunta: “Quem canta de novo *l’Internationale?*” (p. 79-114). O texto resultou de uma investigação sobre o caráter de classe do movimento sindical no Brasil, no período entre a década de 1970 e o começo dos anos 2000. O percurso traçado segrega a trajetória do sindicalismo em cinco fases: a primeira, iniciada em fins dos anos 1970, é caracterizada pelo conceito gramsciano de *guerra de movimento*, protagonizada pelo “novo sindicalismo” (p. 81), gerado no âmbito de mudanças decisivas na composição operária e que exerceu relevante papel na queda da ditadura, sem, no entanto, adotar atividades insurreccionais; a segunda, predominante no período que se seguiu à promulgação da Constituição Federal de 1988, é qualificada por outro termo gramsciano, *guerra de posições*, “uma guerra de desgaste contra um sistema historicamente antissindical” (p. 83), em que a Central Única dos Trabalhadores (CUT) fortalece sua relação com o Partido dos Trabalhadores (PT) e proliferam as greves; a terceira, durante o governo Collor, foi um período qualificado como “prolegômenos da contra-hegemonia” (p. 84), no qual a influência do sindicalismo na política econômica foi anulada pela quebra do protecionismo comercial; a quarta, de 1991 a 1995, é denominada “assalto aos céus” (p. 88), em alusão à Câmara Setorial do Setor Automotivo – a qual o autor analisa de modo demasiadamente otimista –, formada por trabalhadores e empresários e que implantou a renúncia de impostos e a redução de greves, com vistas à expansão da produção; a quinta fase, nos governos FHC, é caracterizada no âmbito do “totalitarismo neoliberal” (p. 97). A principal crítica do autor em relação à trajetória do sindicalismo no Brasil é que “referendava o pacto ‘fordista’ e não desafiava o capitalismo”. (p. 87).

As argumentações dos capítulos terceiro – “A hegemonia às avessas” (p. 115-122) – e quarto – “O avesso do avesso” (p. 123-131) – oferecem uma “provocação gramsciana” (p. 123) para interpretar os

governos Lula da Silva. Oliveira sugere a hipótese de que tal conjuntura representou uma reconfiguração burguesa no Brasil, própria do capitalismo mundializado e regida pela inversão do termo gramsciano *hegemonia*,³ pois, “enquanto as classes dominadas tomam a ‘direção moral’ da sociedade, a dominação burguesa se faz mais descarada” (p. 119). Nesse sentido, o consentimento se transformaria em seu avesso: “não são mais os dominados que consentem em sua própria exploração. São os dominantes [...] que consentem em ser politicamente conduzidos pelos dominados, à condição de que a ‘direção moral’ não questione a forma da exploração capitalista”. (p. 122).

No quinto capítulo, “A clonagem” (p. 133-136), o autor se propõe a abordar o primeiro governo Dilma Rousseff, delineando sua figura como “uma clonagem que Lula da Silva efetuou” (p. 134). Em poucas páginas, o autor faz críticas ao “artificialismo da coalizão de interesses” (p. 135) que levou o PT a vencer as eleições presidenciais de 2010. Deve-se mencionar que, em tal capítulo, o autor mostra-se acentuadamente desrespeitoso ao atribuir à primeira mulher eleita presidenta do Brasil caracterizações como “inabilidade” (p. 135), “proclamada dureza” (p. 135) e “falta de charme”. (p. 135).

O sexto capítulo, intitulado “Jeitinho e Jeitão” (p. 137-146), traz uma peculiar argumentação, em que o autor utiliza um “caminho norbertiano” (p. 138)⁴ e, ao mesmo tempo, “nitidamente materialista” (p. 139), para investigar o caráter brasileiro, a partir da tese de que “o jeitinho é um atributo das classes dominantes brasileiras transmitido às classes dominadas” (p. 139). O autor interpreta o assim chamado *jeitinho brasileiro* como um expediente posto em marcha pelas classes dominantes para superar os problemas colocados pela necessidade de expansão do capital, apresentando como expressões desse processo circunstâncias vinculadas ao caráter periférico e dependente do capitalismo brasileiro, tais como: a abolição da escravatura; o trabalho informal, que seria o *jeitão* dos cafeicultores paulistas, que valori-

3 Coutinho (2010) assinala que “hegemonia é consenso, e não coerção. Existe uma hegemonia quando indivíduos e grupos sociais aderem consensualmente a certos valores”. (COUTINHO, 2010, p. 30).

4 Em referência ao filósofo e sociólogo alemão Norbert Elias.

zaram a vinda de imigrantes; e até mesmo a construção de Brasília. Ainda que se reivindique o materialismo em tal texto, essa espécie de abordagem pode desembocar no idealismo e no subjetivismo, o que contraria a própria visão de mundo do autor, delineada no capítulo segundo, pois a análise do real “não se resolve com pretensas ‘leis’ do desenvolvimento histórico, mas mediante o exame concreto das relações de força em cada sociedade e, claro, de sua inserção no movimento do capitalismo mundial”. (p. 66).

Outras críticas podem ser feitas às provocações de Oliveira, inclusive no que tange à interpretação de que os governos petistas foram meras continuações dos governos neoliberais anteriores. À luz do golpe de 2016, do visceral aprofundamento do saqueio do fundo público e da ofensiva às condições de vida, trabalho e proteção social da classe trabalhadora brasileira, a colaboração de classes levada a cabo pelo PT deve ser objeto de uma análise mais complexa. O próprio autor afirma, em entrevista a Patrícia Fachin, que “não se dá um golpe de Estado para fazer reformas sociais; isso nunca se viu na história. Portanto, [o governo Temer] é um governo de direita”. (p. 159).

Concorde-se ou não com as perturbadoras e – muitas vezes – pessimistas análises do autor, o fato é que se trata de um intelectual que – ao contrário de seu infame interlocutor cebrapiano, Fernando Henrique Cardoso – sempre colocou sua obra e trajetória política no campo da esquerda, contra-hegemônico e a serviço das massas exploradas, com coragem teórica e política de afirmar: “tenho um papel nessa sociedade e procuro cumpri-lo”. (p. 161). Nos tempos presentes, em que a realidade brasileira está sendo reconfigurada por uma sombria ascensão da extrema-direita e por uma tenebrosa ameaça aos direitos sociais, a obra de Chico de Oliveira mostra-se imprescindível para interpretar e transformar o Brasil.

Artigo submetido em 20/11/2018
Aceito para publicação em 20/11/2018

Referência

COUTINHO, Carlos Nelson. A hegemonia da pequena política. In: **Hegemonia às avessas**. BRAGA, Ruy et. al. (Orgs.). Coleção Estado de Sítio. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 29-43.